

Villas-Bôas Corrêa

Pelo que se viu até agora nesses cinco meses e meio, os governadores da safra das esperanças de 86, eleitos no aluvião de votos da ilusão do cruzado, renunciaram à pretensão de realizar obra administrativa consagrada e pretendem distinguir-se pelo assanhamento político.

Não se ouve falar de projetos, planos de governo, debate de alternativas. Governadores desativados, num desperdício de tempo, cruzam os ares daqui para acolá numa frenética movimentação vazia, queixam-se da falta de verbas, falam mal dos antecessores e reúnem-se.

Virou mania, cacoeite da moda, obsessão psicótica, reunião de governadores do PMDB, com o solitário espécime do PFL como enfeite de berloque, no varejo dos grupos, selecionados pelos critérios mais variados e estapafúrdios, dos regionais a blocos ligados pelos elos da simpatia ou por atacado. Aliás, as reuniões que se sucedem, em destrambelhada seqüência, são sempre preparatórias de uma plenária, com a presença de todo o elenco, para o espetáculo de gala, solene e pomposo.

Como truque publicitário ou drible para enganar eleitores e governados, pode ser um lance válido. Quem não tem nada de novo a exibir nas vésperas de meio ano de exercício de mandato, exhibe coreografia vistosa, no espalhafato das plumas e paetês, no brilho das purpurinas. O diabo é que nem só de encenação os encontros se sustentam. Afinal, como pura promoção necessitam da badalação da imprensa, a cobertura da televisão, as fotos e notícias nos jornais, a borbulhante eloqüência radiofônica. É preciso ter o que dizer, qualquer desculpa ou justificativa.

É aí que o carro pega, atolado no terreno encharcado de tolices. No momento, os governadores andam numa roda-viva recrudescendo as reuniões (como diria o nosso inesquecível João Figueiredo, coçando-se para voltar à cena), excitados pela descoberta de um mote com ares de novidade: o plebiscito.

Em São Paulo, Florianópolis, onde quer que dois governadores se encontrem para marcar a data da próxima concentração, trocam sinais cabalísticos e despejam declarações saudando a conveniência democrática da realização de plebiscito para imprimir o selo da legitimidade à decisão da Constituinte em favor da manutenção de um presidencialismo esburacado por concessões ou do parlamentarismo que resista ao rolo de pressões desencadeado pelo Palácio do Planalto, com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, à frente das tropas.



JORNAL DO BRASIL

Em reverência à verdade, desde logo se esclareça que o presidencialismo entra na proposta plebiscitária de gaiato. Não seria decoroso propor a consulta popular apenas para a hipótese da sobrevivência do parlamentarismo ao massacre e, afinal, é dele que se cuida, precavendo-se para o pior.

Em períodos de transição, com a Constituinte escorregando para o gargalo das decisões e à matroca, sem lei nem rei, abandonada, pelo PMDB que se licenciou, as sugestões mais estúrdias adquirem um certo ar de coisa séria se embrulhadas na demagogia de uma justificativa popular. O plebiscito soa com o timbre de uma barretada ao eleitor, reconvocato para dar a última palavra.

Mas, um pouco de seriedade objetiva não faz mal a ninguém. Para começar, a soberania e legitimidade da Assembléia Constituinte precisam ser reconhecidas como preliminar de todo o processo de elaboração da futura Constituição. Ela foi eleita para isso, com mandato expresso. Se as suas decisões polêmicas reclamam a meia-sola do referendo popular, tudo mais também entra no rol das contestações. Por que não um plebiscito sobre a legalização do aborto, a proteção das baleias, a reserva de mercado para a informática, a reforma agrária ou a multiplicação dos marajás?

Não é só. E se o resultado do plebiscito derrubar a decisão da Constituinte, como é que ficamos? Qual é a saída? Encomendar à mesma Constituinte que refaça a Constituição pelo avesso, desdizendo-se, votando ao contrário, como nas eleições no modelo de rifa entre amigos da Academia Brasileira de Letras? Ou a Constituinte deve ser dissolvida para a eleição de outra? Mas, e depois? Se a nova Constituinte decidir contra a manifestação popular, recomeça-se a ciranda?

Francamente, não dá para tratar a sério a alegre pauta de governadores em disponibilidade.

Os senhores governadores, na engrenagem democrática, atuam junto aos seus partidos, exercendo liderança sobre as respectivas seções estaduais partidárias. Como o PMDB é o maior partido do mundo, majoritário na Constituinte e dono de 22 governos estaduais, bastaria que o partido funcionasse e que os governadores exercitassem suas lideranças para que o controle fosse absoluto.

É, portanto, na evidência do dismantelamento do PMDB e na confissão da debilidade dos governadores que se equilibra a teatralização de reuniões e de propostas vocalizadas para agradar Brasília e amolecer a dureza dos cortes de verbas.

O mais é jogo de cena para engambelar a platéia que já se impacienta com o adiamento de promessas, com a lenga-lenga das eternas desculpas. A vaia dos votos de protestos e decepção em 88 se prenuncia nos resmungos do eleitorado curtido pela frustração. Os governadores deviam cuidar de administrar. Em vez de reunião e plebiscito, trabalho.